

ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA: DESAFIOS E METODOLOGIAS DA EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE NO ENSINO MÉDIO MATO-GROSSENSE

BETWEEN DISCOURSE AND PRACTICE: CHALLENGES AND METHODOLOGIES OF SEXUALITY EDUCATION IN MATO GROSSO HIGH SCHOOLS

Uanderson da Silva Lima¹

Resumo: este artigo investiga as práticas, metodologias e os principais desafios enfrentados por docentes do Ensino Médio em Mato Grosso ao abordarem a Educação em Sexualidade em sala de aula. O estudo parte da premissa teórica de que essa educação oscila entre duas perspectivas antagônicas: uma instrumental-higienista, restrita a conteúdos biológicos e preventivos (Ribeiro, 2020), e outra crítica, voltada à reflexão sobre tabus, diversidade e relações de poder (Unesco, 2014). A pesquisa, de natureza qualitativa, baseou-se em questionário online com questões abertas e fechadas, aplicado a professoras/professorxs/professores de diversas áreas. As respostas foram analisadas mediante Análise do Discurso de inspiração foucaultiana (2019). Os resultados revelam um cenário complexo: embora metodologias participativas, como debates e rodas de conversa, sejam reconhecidas como as mais adequadas, sua aplicação é irregular, com relatos de não abordagem sistemática por parte de alguns educadores. As/XS/Os docentes apontam desafios como a resistência inicial das/dxs/dos estudantes e a baixa participação das famílias. Conclui-se que a efetiva implementação de uma Educação em Sexualidade integral e científica está condicionada por uma disputa política e discursiva mais ampla. A escola configura-se simultaneamente como campo de batalha dessas narrativas e como espaço potencial de transformação, exigindo superação da superficialidade curricular, formação e apoio institucional às professoras, xs professorxs e aos professores, além de um posicionamento ativo em defesa de uma educação laica, inclusiva e promotora de direitos.

Palavras-chave: Educação em Sexualidade; Ensino Médio; Formação Docente; Discurso; Poder.

Abstract: this article investigates the practices, methodologies, and main challenges faced by High School teachers in Mato Grosso when addressing Sexuality Education in the classroom. The study is based on the theoretical premise that this education oscillates between two opposing perspectives: an instrumental-hygienist one, restricted to biological and preventive content (Ribeiro, 2020), and a critical one, focused on reflection about taboos, diversity, and power relations (Unesco, 2014). The research, of a qualitative nature, was based on an online questionnaire with open and closed-ended questions, applied to teachers from various subject areas. The responses were analyzed using Discourse Analysis inspired by Foucauldian theory (2019). The results reveal a complex scenario: although participatory methodologies, such as debates and discussion circles, are recognized as the most appropriate, their application is irregular, with reports of a non-systematic approach by some educators. Teachers point to challenges such as initial student resistance and low family participation. It is concluded that the effective implementation of a comprehensive and scientific Sexuality Education is conditioned by a broader political and discursive dispute. The school is simultaneously configured as a battlefield for these narratives and as a potential space for transformation, requiring the overcoming of curricular superficiality, institutional training and support for teachers, and an active stance in defense of a secular, inclusive, and rights-promoting education.

Keywords: Sexuality Education; High School; Teacher Training; Discourse; Power.

¹ Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEnsino) da Universidade do Vale do Taquari (Univates). Professor da Secretaria Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde-MT, com atuação no Atendimento Educacional Especializado (AEE), na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

1 INTRODUÇÃO

A Educação (em) Sexual(idade)² pode ser abordada a partir de duas perspectivas distintas. A primeira, de caráter mais instrumental e higienista (Ribeiro, 2020), foca predominantemente em tópicos como gravidez na adolescência, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), métodos contraceptivos e a fisiologia do sistema reprodutor, limitando-se muitas vezes a uma apresentação superficial da temática. A segunda, fundamentada em uma visão mais ampla e crítica, propõe-se não apenas a informar, mas também a “[...] discutir, refletir e questionar” (Maia; Ribeiro, 2011, p. 76) os tabus e preconceitos que envolvem a sexualidade, com o objetivo de desenvolver um senso crítico nas/nxs/nos³ estudantes.

Dessa forma, Foucault (2019) discorre que as relações de poder influenciam as vivências sociais. À luz dessa compreensão, entende-se que, ao tratar sobre a Educação (em) Sexual(idade), haverá uma disputa por quais temáticas devem ser trabalhadas e se, de fato, é necessário este ensino, influenciada pelas/pelos representantes que foram eleitas/eleitos democraticamente nas esferas municipais, estaduais e nacionais. Portanto, as escolhas que as instituições de ensino realizam são diretamente influenciadas pelos discursos oriundos de outras esferas, o que pode contribuir para a ausência desse trabalho nas escolas ou para sua superficialização temática.

À vista dessas reflexões, compreendem-se as perspectivas e os entraves para o trabalho efetivo da Educação em Sexualidade no ensino. E, neste artigo e nas pesquisas desenvolvidas, adotou-se este termo por compreender, mesmo com suas falhas, ser o mais adequado na busca pela efetivação na formação integral das/dxs/dos estudantes, que é preconizada pelas leis e diretrizes educacionais brasileiras.

Desse modo, este artigo busca analisar as práticas e desafios vivenciados por professoras, professorxs e professores do Ensino Médio de Mato Grosso quanto à abordagem da Educação em Sexualidade em sala de aula.

Por conseguinte, a estrutura do trabalho está apresentada com as disposições metodológicas utilizadas para a coleta e análise dos dados, e as, xs e os participantes da pesquisa, juntamente com as questões norteadoras analisadas aqui, buscando investigar as metodologias, desafios e reações apresentadas ao ser desenvolvido qualquer trabalho sobre

² Adota-se este recurso gráfico-discursivo de notação parentética. A primeira expressão refere-se à abordagem de viés higienista (Ribeiro, 2020), enquanto a segunda remete a uma proposta de formação integral (Unesco, 2014). Reconhece-se que ambas as concepções têm suas limitações, muitas vezes vinculadas ao contexto histórico em que foram formuladas. Portanto, entende-se que, atualmente, as e os docentes que abordam essa temática devem ir além dos tópicos tradicionais – inclusive aqueles sugeridos pela Unesco (2014) – e incorporar urgentemente novas questões relevantes para o ensino.

³ A escolha das palavras é intencional, e o uso sistemático do masculino genérico silencia pessoas com gêneros e sexualidades consideradas “desviantes” da norma. É necessário ressignificar essa distorção social, e um passo importante nesse sentido é a adoção do “x” na escrita, pois, como afirmam José Sepulveda e Denize Sepulveda (2016, p. 141), “[...] do ponto de vista linguístico e gramatical, é uma forma de usar uma linguagem escrita que expresse maior igualdade entre homens e mulheres. [...] O uso do ‘x’ é uma tentativa de, no âmbito da escrita, tornar a língua mais democrática”. Para evitar exclusões e contemplar diferentes realidades, adoto a regra de priorizar primeiro o gênero feminino (pela exclusão histórica das mulheres), depois a forma com “x” (para incluir pessoas não binárias e outras identidades como agênero, bigênero e gênero fluido, conforme Imani – 2023), e, por fim, o masculino (reconhecendo seu privilégio estrutural).

a temática pesquisada; após, debruça-se sobre essas nuances e suas respostas, através da reflexão produzida juntamente com referências bibliográficas importantes para consolidar a análise; por fim, as considerações (que não são) finais, tendo em vista que estamos vivenciando disputas de poder e materialização de discursos que buscam inferiorizar parte da sociedade, principalmente, aquelas, aquelxs e aqueles que estão à margem da “norma” do Homem, Branco, Cisgênero, Heterossexual e Cristão (Imani, 2023).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo é um recorte da pesquisa desenvolvida no Mestrado em Ensino, do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEnsino) da Universidade do Vale do Taquari (Univates) – Lajeado, Rio Grande do Sul (RS). A partir das escolhas teóricas e metodológicas, optou-se por uma abordagem qualitativa que, conforme Creswell (2010), busca compreender os significados atribuídos por indivíduos ou grupos a um fenômeno investigado, fundamentando-se em compreensões subjetivas e reflexivas.

O questionário, elaborado no *Google Forms*, combinou questões abertas e de múltipla escolha, permitindo, segundo Leite (2008), maior liberdade de expressão aos respondentes e garantindo anonimato, o que favorece respostas mais espontâneas e realistas. Vale destacar que a pesquisa não estava vinculada a uma escola ou rede de ensino específica, o que visava proteger as professoras, xs professorxs e os professores de possíveis perseguições institucionais. A intenção era que elas, elxs e eles se sentissem à vontade para responder às questões.

Dessa forma, em atendimento à resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 (Brasil, 2016), e às normas éticas aplicáveis, optou-se por uma estratégia de pesquisa virtual, utilizando formulário eletrônico para coleta de dados. Assim, foram implementados protocolos para garantir a confidencialidade e o anonimato das/dxs/dos participantes. Todos as/xs/os respondentes concordaram formalmente com sua participação mediante leitura e aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponibilizado digitalmente.

Para preservar o anonimato, cada participante foi identificada/identificadx/identificado, para fins de análise, por um pseudônimo correspondente a um nome de cor, procedimento que não carrega associação com marcadores de gênero. Nesse sentido, a pesquisa contou com a participação de quatro professoras/professorxs/professores do Ensino Médio do Estado de Mato Grosso, que atuaram nessa etapa entre os anos de 2018 e 2024, período que tem como marco a publicação do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: Concepções para a Educação Básica (2018).

Como critérios de participação, considerou-se a atuação no Ensino Médio nesse intervalo temporal e o envolvimento com práticas ou discussões relacionadas à Educação

em Sexualidade no contexto escolar. A baixa adesão de participantes deveu-se, em parte, à demora na liberação para o desenvolvimento da pesquisa por parte da Seduc/MT, inicialmente prevista para ocorrer em uma escola específica de Lucas do Rio Verde - MT. Diante da não autorização até julho de 2024, houve a necessidade de reformulação da proposta metodológica. Soma-se a isso o caráter sensível da temática, que ainda enfrenta resistências no contexto educacional, o que pode impactar diretamente na disposição de docentes em participar de investigações dessa natureza. Nesse cenário, o número reduzido de participantes não se configura como uma limitação isolada da pesquisa, mas como um indicativo das dificuldades concretas de engajamento docente em estudos que envolvem a Educação em Sexualidade no contexto escolar.

A coleta de dados ocorreu por meio de questionário no *Google Forms*, com divulgação nas redes sociais (*Instagram, Facebook e Threads*) do pesquisador, no período de 5 de agosto a 15 de setembro. Apesar do alcance das publicações e do compartilhamento por colegas, a taxa de resposta foi inferior ao esperado.

O quadro a seguir resume o perfil das/dxs/dos respondentes:

QUADRO 1 - Informações sobre as/xs/os participantes da pesquisa

Cor	Idade	Formação acadêmica	Tempo em que atua no Ensino Médio	Município que reside
Lilás	23 anos	Pedagogia e Filosofia	7 meses	Alta Floresta
Roxo	51 anos	Letras – Português e Espanhol	15 anos	Nova Canaã do Norte
Verde	43 anos	Física	Mais de 10 anos	Colider
Vermelho	30 anos	Educação Física	7 anos	Nova Canaã do Norte

Fonte: Lima (2024, p. 33)

A diversidade de formações acadêmicas, idades e tempo de serviço, o que contribuiu para os significados atribuídos por cada uma/umx/um sobre a temática pesquisada. Assim, adotou-se a Análise do Discurso, na perspectiva de Michel Foucault, para analisar os dados do questionário e as contribuições teóricas. Foucault (2019, p. 6) compreende que a produção dos discursos “[...] é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída”. Nesse sentido, entende-se que os discursos estão diretamente relacionados às relações de poder (Foucault, 2019), que, na sociedade ocidental, sempre estiveram centradas no Homem, Branco, Cisgênero, Heterossexual e Cristão (Imani, 2023).

Neste artigo, analisam-se especificamente as seguintes questões do formulário:

- Você enfrentou algum desses desafios ao discutir questões de sexualidade com as/xs/os estudantes?
- Quais foram as metodologias utilizadas para abordar as temáticas da Educação em Sexualidade?

- Como as/xs/os alunas/xs/os reagiram às discussões sobre gênero e sexualidade em sala de aula?

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A abordagem da Educação em Sexualidade no ambiente escolar deve fundamentar-se em evidências científicas e princípios pedagógicos, distanciando-se de concepções pessoais ou visões dogmáticas das educadoras, dxs educadorxs e dos educadores, visando, assim, assegurar um espaço educativo comprometido com o desenvolvimento integral das/dxs/dos estudantes, pautado no respeito, no diálogo e na promoção de direitos (Unesco, 2014).

Nesse sentido, apresenta-se, a seguir, uma das questões que compuseram o questionário aplicado às/xs/os participantes da pesquisa, acompanhada das opções de resposta oferecidas, as quais possibilitaram identificar desafios, percepções e experiências vivenciadas na abordagem das questões de sexualidade no ambiente escolar.

QUADRO 2 - Você enfrentou algum desses desafios ao discutir questões de sexualidade com as/xs/os estudantes? Escolha todas as alternativas que tenha vivenciado

Opção 1 – As/Xs/Os estudantes mostraram grande interesse e engajamento nas discussões, fazendo perguntas relevantes e participando ativamente.
Opção 2 – Consegui criar um ambiente onde as/xs/os estudantes se sentiram seguras/xs/os para expressar suas dúvidas e experiências sem medo de julgamento.
Opção 3 – Recebi um bom suporte das/xs/os mães, pais e/ou responsáveis, e da comunidade, que entenderam a importância de discutir essas questões e apoiaram o currículo.
Opção 4 – Algumas/xs/ns estudantes resistiram fortemente às discussões e expressaram preconceitos ou opiniões discriminatórias, o que criou um ambiente tenso em alguns momentos.
Opção 5 – Muitas/xs/os estudantes se sentiram inicialmente desconfortáveis ou envergonhadas/xs/os ao discutir questões de sexualidade, o que dificultou a participação ativa no início.
Opção 6 – Encontrei desinformação e mitos sobre sexualidade entre as/xs/os estudantes, o que tornou necessário dedicar tempo adicional para corrigir esses equívocos e fornecer informações precisas.
Opção 7 – Outros

Fonte: Lima (2024, p. 52)

As opções marcadas foram: 1, 2, 4 e 7, escolhidas por 1, 1, 1 e 2 respondentes, respectivamente. A partir dos dados apresentados, observa-se que há tanto a possibilidade de maior interesse e aceitação pela temática quanto um distanciamento ou recusa em aceitar a discussão em sala de aula, talvez por já terem recebido informações errôneas sobre o assunto. Essa resistência pode ser compreendida à luz de discursos que buscam incutir uma “norma”, como se esta fosse a única correta e aceitável – a do Homem, Branco, Cisgênero, Heterossexual e Cristão (Louro, 2014; Imani, 2023) – foram postos como sendo os únicos verdadeiros e legítimos por europeus que já faleceram há séculos (Imani, 2023). E,

ainda, são continuamente postos, por parte da sociedade, como sendo a única “norma” que deve e tem direito de existir.

Esses discursos também se materializam quando, na Câmara das/os Deputadas/os e no Congresso Nacional do Brasil, há a proliferação de enunciados que tentam deslegitimar as populações LGBTQIAPN+, indígenas, negras, mulheres, Pessoas com Deficiência (PcD), pessoas em situação de rua, do campo, movimentos sociais, do sistema prisional, entre outras que estão à margem dessa norma. Esse movimento discursivo pode ser observado no enunciado a seguir, que busca inferiorizar as pessoas Trans, proferido por um Deputado Federal que deveria legislar para todas/todxs/todos de seu estado – o que, no entanto, não acontece –, com a fala⁴ a seguir:

Eu recebi [...] o telefonema de um pai, que resumo: “Bolsonaro, minha filha chegou urinada em casa, aos 10 anos de idade.” Por quê? Agora existe uma determinação, ligada à Secretaria de Direitos Humanos, de Dilma Rousseff, que foi publicada no Diário Oficial da União, dizendo que um menino que se sentir menina pode ir ao banheiro ou ao vestiário das mesmas. E o que acontece? Nessa escola, tem menino malandro de plantão. Então a menina de 10 anos que tem um corpinho de mocinha não foi ao banheiro; fez xixi nas calças! Governo imoral! Governo de canalhas! (Jair Bolsonaro – Progressistas (PP), Rio de Janeiro (RJ), (2015) (Brasil, 2015, n.p.).

Discursos como esse, embasados em um viés conservador, que buscam deslegitimar as vivências de crianças Trans, são degradantes e contribuem para o aumento das violências contra essa população. Tais discursos são baseados em uma “norma”, e o que foge dessa regra é perseguida/perseguidx/perseguido até ser silenciada/silenciadx/silenciado. Isso é perceptível através dos inúmeros enunciados, discursos e leis que foram proferidas na busca de solidificar essa “norma”, tida como a “correta”.

Apesar desses discursos, é notório que há – e continuará havendo – no ensino, possibilidades e a necessidade de abordar a Educação em Sexualidade com as/xs/os estudantes e suas/suxs/seus familiares. No entanto, também é evidente a vergonha, tanto por parte delas/delxs/deles quanto, talvez, das professoras, dxs professorxs e dos professores, em relação a esses temas, além da desinformação recebida de mães, pais ou responsáveis. Esses tabus, muitas vezes instituídos em casa, podem dificultar o ensino. Quando as/xs/os estudantes se deparam com informações que não condizem com o que conhecem sobre gênero e sexualidade, podem se posicionar contrárias/contrárixs/contrários a essas ideias. Sob essa perspectiva, o caminhar pela Educação em Sexualidade precisa estar embasado cientificamente – ao pensar em informações científicas, é necessário que a/x/o docente tenha em mente que essas informações podem estar distorcidas ou errôneas

⁴ A transcrição do pronunciamento do Deputado Federal, utilizada como base para a reflexão deste trabalho, foi formatada com recuo reduzido e fonte tamanho 12.

sobre a temática; por isso, antes de trabalhar qualquer tema, é necessário desenvolver diversas pesquisas para embasar o trabalho, e não pegar qualquer informação que esteja condizente com as próprias percepções para trabalhar sem reflexão e objetivo transformador –, com informações claras, possibilitando às/xs/aos estudantes fazerem uma leitura crítica das informações apresentadas e dialogarem com colegas e docentes.

Nesse cenário, é necessário ainda fazer alguns apontamentos, sendo que as opções 3, 5 e 7 não foram assinaladas, mas que podem, na verdade, refletir a realidade de outras professoras, outrxs professorxs e outros professores do Estado de Mato Grosso, tendo em vista o número reduzido de participação na pesquisa – o que não a torna menos potente, apenas restringe seus apontamentos a dois municípios de um total de 142.

No tocante à participação familiar, há uma inquietude, tendo em vista que, como supracitado, as famílias muitas vezes buscam incutir seus dogmas pessoais e ensinar o que, para essa entidade, é considerado “correto” ou “errado”. Para exemplificar, recorre-se a uma pesquisa em nível nacional desenvolvida por Ribeiro (2020) sobre a temática, que buscou verificar os receios das/dxs/dos docentes em relação a esse ensino: 147 profissionais da educação relataram que poderiam ter problemas com as famílias. A partir desses dados, é possível interpretar e ressignificar para o estado que a relação entre Educação em Sexualidade e a família constitui um desafio, pois, sem o apoio e a compreensão efetiva da função exercida por essa educação na escola, pode não haver uma formação integral das/dxs/dos estudantes – que vá além dos conhecimentos teóricos e históricos, formando cada pessoa para viver em sociedade, respeitando as diversidades, entre outros aspectos (Unesco, 2014; Ribeiro, 2020).

Portanto, as instituições de ensino têm a responsabilidade de incorporar a Educação em Sexualidade em seus currículos. Não há motivo para temer os questionamentos que possam surgir desse trabalho, considerando as leis e os documentos que apontam para a necessidade e a importância dessa abordagem, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1998), a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), o Documento Referência Curricular para Mato Grosso – DRC/MT: Concepções para a Educação Básica (2018) e o DRC/MT – etapa Ensino Médio (2021). Sabe-se da extrema importância desse ensino na vida de crianças e adolescentes, especialmente no que diz respeito às questões de violência sexual e psicológica. Muitas das crianças e adolescentes que sofrem essas agressões não recebem em casa as informações adequadas sobre esses crimes hediondos presentes em nossa sociedade. E é isso que precisa ser modificado nos currículos escolares.

Para além desses apontamentos, a opção “outros desafios” foi assinalada duas vezes, tendo sido respondida por Vermelho com “Nunca realizei isso em sala de aula” e por Verde com “Observo que os estudantes não têm estranheza com os colegas. É bem natural” (Lima, 2024, p. 54). A partir destes relatos, é importante questionar (no sentido de refletir): será

que Vermelho nunca abordou a Educação em Sexualidade em suas aulas? Sabe-se que, nos dias atuais, muitas violências verbais e psicológicas são disfarçadas de “brincadeiras”, e as palavras ditas têm um impacto significativo na vivência de quem as sofre. Assim, será mesmo que nunca houve um diálogo envolvendo questões como o bullying, o ato de chamar colegas de “viadinhos, gayzinhos, bichinha”, entre outros, por não apresentarem comportamentos que condizem com o que se espera em relação ao órgão sexual com o qual nasceram? Novamente, pontua-se a importância de conhecer e compreender a Educação em Sexualidade, tendo em vista que esta pode acontecer de diversas formas e em vários ambientes educacionais e sociais.

Com base nos dados sobre os desafios envolvendo a Educação em Sexualidade produzidos até aqui, é necessário refletir também sobre as metodologias utilizadas na abordagem desse tema em sala de aula. Nesse sentido, Ribeiro (2020, p. 110) complementa afirmando que as metodologias mais adequadas são “[...] as participativas, as que trazem o protagonismo para os alunos, por meio de uma participação mais ativa no debate: roda de conversa, discussão circular com exibição de vídeos e dinâmicas de grupo”. Assim, apresenta-se a seguir a questão referente a essas metodologias, suas opções de resposta e as reflexões decorrentes.

QUADRO 3 - Quais foram as metodologias utilizadas para abordar as temáticas da Educação em Sexualidade?

1 – Utilizei metodologias participativas, como debates e discussões em grupo. Essas atividades permitiram que as/xs/os alunas/xs/os expressassem suas opiniões e aprendessem a respeitar diferentes pontos de vista, promovendo um ambiente de diálogo aberto e inclusivo.
2 – Apliquei metodologias baseadas em estudos de caso e análise de situações reais. Utilizei vídeos, artigos e notícias para contextualizar os temas e incentivar as/xs/os alunas/xs/os a refletirem sobre as diversas questões relacionadas à sexualidade, estimulando o pensamento crítico e a empatia.
3 – Utilizei oficinas práticas e dinâmicas de grupo como metodologias ativas. Nessas atividades, as/xs/os alunas/xs/os puderam participar ativamente de simulações e café com prosa, o que facilitou a compreensão de conceitos complexos e promoveu o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais.
4 – Incorporei recursos tecnológicos e multimídia nas aulas sobre Educação em Sexualidade. Utilizei plataformas interativas, quizzes online e apresentações multimídia para tornar as aulas mais engajantes e acessíveis, além de permitir que as/xs/os alunas/xs/os aprendam de forma autônoma e personalizada.
5 – Embora reconheça a importância da Educação em Sexualidade, optei por não utilizar metodologias específicas para abordar essas temáticas. Acredito que essas discussões são complexas e sensíveis, e que devem ser conduzidas por profissionais especializados em conjunto com a família, fora do ambiente escolar tradicional. Portanto, minha abordagem foi focada em incentivar as/xs/os alunas/xs/os a buscar informações com fontes confiáveis e discutir esses temas com seus pais e especialistas, visando uma educação complementar mais adequada e contextualizada às suas realidades pessoais.
6 – Outros.

Fonte: Lima (2024, p. 55-56)

As opções de resposta representam metodologias e práticas pedagógicas que podem potencializar a Educação em Sexualidade no contexto escolar. Entre as opções 1 a 4 – que correspondem a práticas educativas metodologicamente alinhadas com um ensino científico –, é relevante notar que 50% das/dxs/dos profissionais assinalaram a opção 1. Isso indica que a prática do diálogo entre estudantes e docentes é considerada extremamente relevante, devendo ser compreendida de forma inclusiva, na qual todas as opiniões são respeitadas, as ideias são debatidas e um novo conhecimento é construído a partir delas, articulado com informações científicas.

Em continuidade a essa análise, apontam-se as informações fornecidas por Vermelho e Verde: “Nunca utilizei essa temática em Educação Física” e “Diretamente em minhas aulas contribuí pouco. Minhas aulas são de Física. Muito curtas. Acaba que não dá tempo de entrar nestes assuntos”, respectivamente. Considerando esses dados, emerge a inquietação sobre as aulas de Educação Física: não houve, em algum momento das vivências em sala de aula, diálogos ou debates que abordassem questões norteadoras da Educação em Sexualidade, sejam elas relativas a preconceitos, ao corpo, ao respeito, à orientação sexual ou a outras temáticas correlatas (Unesco, 2014)? É possível que não tenha ocorrido um diálogo sistematizado ou conteúdo aprofundado sobre o tema; contudo, é amplamente reconhecido que há episódios em sala de aula nos quais se faz necessário pontuar, mesmo que brevemente, questões como os preconceitos presentes nesse ambiente educacional.

À luz dessa constatação, reforça-se os apontamentos de Verde ao destacar que as aulas, por serem curtas, não permitem tempo suficiente para esse debate, já que o foco está sempre na melhoria de conceitos – o que pode não garantir, necessariamente, uma qualidade educacional mais ampla. Em outros termos, observa-se uma educação voltada principalmente ao desenvolvimento de habilidades para a resolução de avaliações, com o objetivo de melhorar os índices da escola e do estado em avaliações externas. Essa abordagem, no entanto, infringe um dos princípios fundamentais da Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e do DRC/MT (2018; 2021), que é o desenvolvimento integral das/dxs/dos estudantes. Desse modo, evidencia-se uma busca constante por melhorias nos índices educacionais, muitas vezes em detrimento de uma formação mais ampla e significativa (Lima; Miranda; Cruz, 2024).

Nessa direção, apresenta-se, a seguir, a questão sobre a reação das/dxs/dos estudantes diante dessas discussões, seguidas das opções de resposta e da análise correspondente.

QUADRO 4 - Como as/xs/os alunas/xs/os reagiram às discussões sobre gênero e sexualidade em sala de aula?

Opção 1 – As/Xs/Os alunas/xs/os reagiram de maneira muito positiva às discussões sobre gênero e sexualidade. Elas/xs/es participaram ativamente, fizeram perguntas pertinentes e mostraram uma compreensão crescente sobre a importância do respeito e da diversidade.
Opção 2 – A reação dos alunos foi bastante acolhedora. Muitos expressaram gratidão por poderem discutir esses temas abertamente e relataram que as aulas ajudaram a esclarecer dúvidas e reduzir preconceitos.
Opção 3 – Infelizmente, alguns alunos reagiram com resistência e desconforto às discussões sobre gênero e sexualidade. Houve momentos de tensão, mas procurei criar um ambiente seguro e aberto para que todos pudessem expressar suas opiniões e aprender.
Opção 4 – A reação dos alunos foi mista. Enquanto alguns mostraram interesse e engajamento, outros demonstraram resistência e até mesmo desinteresse. Trabalhei para equilibrar as discussões e incluir todos, respeitando os diferentes pontos de vista.
Opção 5 – Infelizmente, os alunos reagiram de forma negativa às discussões sobre gênero e sexualidade em sala de aula. Houve muita resistência e desconforto, com alguns expressando abertamente preconceitos e outros se recusando a participar das atividades e debates. Isso criou um ambiente tenso e dificultou a abordagem desses temas de maneira eficaz.

Fonte: Lima (2024, p. 57)

Essas opções representam a possibilidade de haver estudantes que aceitem esses conteúdos de forma aberta, ouvindo e analisando as informações científicas, o que contribui significativamente para a construção do conhecimento em sala de aula. Da mesma forma, podem existir aquelas/aquelxs/aqueles que não concordem com esses debates, pois carregam consigo tabus e dogmas religiosos ou políticos – frequentemente transmitidos por mães, pais e/ou responsáveis. Sendo assim, é importante destacar que a Educação em Sexualidade visa promover “[...] uma forma de ‘viver melhor e numa convivência mais saudável com as diferenças, sem tabus e preconceitos” (Ribeiro, 2020, p. 102). É nesta perspectiva que a abordagem deve se estruturar.

No entanto, os desafios para sua implementação são significativos. Entre eles, está a possível reação das/dxs/dos estudantes ao tema, que pode variar entre aceitação e rejeição, como evidenciado nas opções escolhidas – um total de três participantes respondeu a esta questão, sendo um na opção 1 e dois na opção 3. Por isso, é essencial que as/xs/os profissionais estejam preparados para lidar com diferentes respostas, tanto da/dx/do estudante quanto de suas famílias. Para tanto, torna-se indispensável um planejamento pedagógico baseado em evidências científicas, que respeite as individualidades e não se fundamente em convicções pessoais ou dogmas das educadoras, dxs educadorxs e dos educadores responsáveis pela abordagem.

4 CONSIDERAÇÕES (QUE NÃO) FINAIS

Os dados coletados junto a docentes mato-grossenses revelam um cenário complexo, marcado por desafios significativos. Entre eles, destacam-se a resistência de parte dos estudantes, fundamentada em preconceitos e desinformação, o desconforto inicial com a temática, a escassa participação das famílias e, sobretudo, a influência de discursos de poder conservadores que circulam na sociedade e no legislativo, os quais buscam deslegitimar a Educação em Sexualidade e silenciar populações marginalizadas.

Em relação às metodologias, observa-se que, embora as abordagens participativas – como debates e rodas de conversa – sejam reconhecidas como as mais adequadas e tenham sido as mais citadas, a prática ainda é desigual. Alguns docentes não abordam o tema de forma sistemática, justificando pela falta de tempo, pelo foco em conteúdos tradicionais ou por entenderem que não é de sua alçada direta. As reações das/dxs/dos estudantes, por sua vez, aparecem polarizadas, variando entre engajamento positivo e abertura ao diálogo, até resistência e manifestação explícita de preconceitos, espelhando a disputa discursiva mais ampla da sociedade.

Diante desse quadro, conclui-se que a efetivação de uma Educação em Sexualidade integral, científica e crítica – conforme previsto nas orientações internacionais (Unesco, 2014) – exige ações que vão além da iniciativa individual da professora, dx professorx e do professor. É necessário superar a superficialidade curricular, inserindo a temática de forma transversal e intencional nos planos de ensino, com base em evidências científicas e distante de dogmas pessoais. Paralelamente, torna-se urgente capacitar e dar suporte institucional às/xs/aos educadores, preparando-as/xs/os para lidar com conflitos e desinformação, e assegurando-lhes respaldo frente a possíveis pressões. Por fim, é fundamental que a escola se posicione como um espaço de enfrentamento aos discursos de ódio e conservadores que tentam inviabilizar esse debate, reafirmando seu papel na promoção dos direitos humanos, da diversidade e do pensamento crítico.

Em síntese, a Educação em Sexualidade mostra-se estratégica para a formação de pessoas autônomas e para o combate à violência e à discriminação. No entanto, sua plena implementação permanece condicionada a uma disputa política e epistemológica mais ampla, na qual a escola se configura simultaneamente como campo de batalha e como agente potencial de transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:** estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Sessão: 149.1.55.O, Hora: 09:20, Fase: BC. **Pronunciamento do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ)**, em 11 de junho de 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=149.1.55.O&nuQuarto=11&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:20&sgFaseSessao=BC&Data=11/06/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:20&txEtapa=>. Acesso em: 23 dez. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Diário Oficial da União, 07 abr. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2024.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e misto. Tradução de Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

IMANI, Blair. **Leia isso e aprenda**: sobre raça, classe, gênero, deficiência e muito mais. Traduzido por Luíza Thomaz. Rio de Janeiro: Alta Books, 2023.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia científica**: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

LIMA, Uanderson da Silva; MIRANDA, Tatiana Helena; CRUZ, Rosângela Feitoza Fracasso. Ensinar e aprender: reflexões sobre o papel do professor nesses processos. In: FINELLI, Leonardo Augusto Couto (Org.). **Considerações sobre o fazer docente**. v. 3. Guarujá-SP: Científica Digital, 2024.

LIMA, Uanderson da Silva. **Teias do discurso**: explorando a interseção entre as propostas pedagógicas do currículo mato-grossense e a Educação em Sexualidade. 2024. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal RIBEIRO. Educação Sexual: princípios para ação. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 15, n. 1, p.75-84, 2011.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC). **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso**: concepções para a educação básica. Cuiabá MT: Seduc, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/12ldfeadygzglyA2FnyYB0tpHZiYSJw9p/view>. Acesso em: 18 set. 2023.

RIBEIRO, Marcos. **Educação em sexualidade**: conteúdos – metodologias – entraves. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2020.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro**: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2014. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762>. Acesso em: 18 jul. 2023.

Recebido em: 15/02/2026

Aceito em: 11/04/2026